



Eloá Alves e Ricarlos Almagro tomam posse no TRE/ES



Foto tirada em 1º de abril, na solenidade de transferência da Direção do Foro da JFES de Eloá Alves para Ricarlos Almagro

Os juízes federais Eloá Alves Ferreira de Mattos, titular da 6ª VF-Cível, e Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, diretor do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, tomaram posse em 08 de junho, no Tribunal Regional Eleitoral, como membros da classe dos juízes federais.

Como vem acontecendo na Seccional capixaba, a juíza federal Eloá Alves, que deixou a Direção do Foro da JFES no dia 02 de abril de 2009 e atuava como membro substituto no TRE, assumiu a efetividade da classe dos juízes federais naquele órgão para o biênio 2009/2010. O atual diretor do foro, juiz federal Ricarlos Almagro, por sua vez, assume como membro substituto pelo mesmo período.

Também prestigiaram a sessão no TRE o presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – Ajufe, juiz federal Fernando Mattos, e o vice-diretor do foro, juiz federal Alexandre Miguel.

No dia 03 de junho de 2009, a juíza federal Enara de Oliveira Olímpio Ramos Pinto, titular da 2ª VF-Cível, desligou-se do TRE/ES, após dois anos atuando como membro efetivo da classe dos juízes federais.

Aprovada urgência em votação de projetos sobre varas

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou no final da noite de terça-feira (9/6) requerimento de urgência para análise do Projeto de Lei 5.829/05, do Superior Tribunal de Justiça, que cria varas federais. De acordo com o texto, um substitutivo elaborado na Comissão de Trabalho que ainda será apreciado pelos parlamentares em outra sessão, 230 varas federais serão criadas em todo o país para incentivar a interiorização da Justiça. Para tanto, mais de 8 mil vagas terão de ser abertas.

“A localização das Varas será estabelecida com base nos critérios técnicos definidos pelo Conselho da Justiça Federal, especialmente os constantes do Indicativo de Carência de Varas e

Juizados da Justiça Federal (ICVJF)”, afirma o texto, relatado pelo líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves (RN).

A orientação favorável dos partidos, incluindo os oposicionistas, não impediu que parlamentares protestassem contra a urgência na análise dessa matéria. “Votar sim significa votar pelo aumento de despesas em um momento de crise econômica”, afirmou o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA). “Eu não entendo a agonia de alguns parlamentares em agradecer o Judiciário”, complementou o deputado Silvio Costa (PMN-PE).

O projeto é de autoria do Superior Tribunal de Justiça. “Não é justo que um habitante do interior deva percorrer longas distâncias para

exercitar sua cidadania, mesmo porque a maioria deles, sem condições para tais deslocamentos, acaba por desistir daquilo que lhe é devido e sucumbe diante de algo que o desfavoreça”, diz a justificativa do projeto.

O presidente da Ajufesp (Associação dos Juízes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul), Ricardo de Castro Nascimento e o diretor de Assuntos Legislativos da entidade, Décio Gabriel Gimenez, acompanharam a votação durante todo o dia e comemoraram a aprovação. “Agora vamos trabalhar pela aprovação definitiva do PL 5.829/2005, mas a urgência é um grande passo”, afirmou Décio. (www.conjur.com.br, com informações do portal Congresso em Foco).

Emarf promove na terça (16) fórum sobre “Direito da Concorrência e Propriedade Intelectual”

A Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região - Emarf realizará no dia 16 de junho, terça-feira, no auditório do TRF2 (rua Acre 80, 3º andar, centro do Rio), das 9h às 13h, fórum sobre “Direito da Concorrência e Propriedade Intelectual”. Na ocasião, o Diretor em exercício da Divisão de Políticas Públicas e Desenvolvimento e Gerente do Projeto sobre Propriedade Intelectual e Política da Concorrência da Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI, Nuno Pires de Carvalho, abordará as seguintes questões: “Direito da Concorrência e Propriedade Intelectual: Complementaridade ou Conflito?”, “Direito da Concorrência e Propriedade Intelectual em Tratados

Internacionais”, “A Política de Concorrência na Agenda para o Desenvolvimento da OMPI”.

O fórum será aberto ao público e será transmitido por videoconferência para a Seção Judiciária do Espírito Santo. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pela internet: www.trf2.gov.br/emarf na parte de cursos pelo portal de inscrições. Os magistrados federais podem fazê-las pelo módulo do CAE também na internet. Já o público do Espírito Santo que quiser assistir pode se inscrever pelo telefone (27) 3183-5187, ou pelo e-mail nucleoemarf.es@jfes.gov.br.

O evento, que integra o cronograma de 2009 do Curso de Aperfeiçoamento e Especialização -

CAE para magistrados federais da 2ª Região, conta com o apoio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, da Associação dos Juizes Federais do Brasil - Ajufe, e da Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo - Ajuferjes. (www.trf2.gov.br)



Via Legal desta semana discute a relação entre tatuagem e carreira

O Via Legal, de 10 a 16 de junho, discute a relação entre tatuagem e carreira. Seja por uma questão de identidade, ou por rebeldia, quem decide fazer os desenhos no corpo pode enfrentar problemas no campo profissional. Mesmo aqueles que buscam a segurança do serviço público encontram resistências.

Alessandra de Castro conta o caso de um brasileiro desclassificado de um concurso por conta das tatuagens. Um caso de discriminação que só foi resolvido nos tribunais.

A descoberta de um tesouro enterrado num bairro nobre de São Paulo também é destaque no programa. As peças do século XVIII que contam parte da história da capital paulista estão num terreno vendido para a construção de um shopping. Erica Resende explica como a Justiça Federal entrou em cena para evitar que um sítio arqueológico encontrado

na maior cidade do país fosse destruído.

A construção de restaurantes na faixa de areia é um problema no litoral de todo país. As barracas que vendem comidas e bebidas são a fonte de sustento de muitas famílias. Mas essa forma de trabalho ameaça o equilíbrio de um ecossistema delicado. Juliano Domingues esteve na Paraíba para mostrar o acordo que deve garantir a preservação de um

patrimônio de todos.

Pode parecer estranho mas, muitas vezes, pedidos semelhantes têm respostas bem diferentes quando chegam aos tribunais. Em alguns casos, a ordem é para que o governo banque um tratamento de saúde diferenciado. Em outros, o entendimento é que a responsabilidade cabe à família. Na reportagem de Viviane Rosa, você vai entender porque isso acontece. ([Imprensa CJF](#))

Horários de exibição do programa

TV Brasil - DF (canal 2)
Dia 13 de junho, às 8h30

Rede da TV Educativa
Dia de 13 de junho, às 8h30

TV Justiça (canal 95)
Dia 10 de junho, às 21h30
Dia 14 de junho, às 18h

Rede Cultura
Dia 13 de junho, às 7h30
<http://vialegal.cjf.jus.br>